

O papel da lei 10.639/03 na formação da consciência histórica aos alunos da educação básica: o impacto da invisibilização do povo Mbundu de Angola nos livros didáticos do ensino fundamental

Role of law 10,639 in the formation of historical consciousness in basic education students: the impact of the invisibilization of the Mbundu people of Angola in elementary school textbooks

Abel Calombo Quijila

Resumo: O presente artigo, analisa o papel da lei 10.639/03 e o impacto da invisibilização dos legados do povo Mbundu nos livros de História do Ensino Fundamental na formação de consciência histórica dos alunos da educação básica. E ao mesmo tempo problematiza a parcialidade por parte da Base Nacional Comum Curricular pela fraca funcionalidade da lei 10.639/03, que deduzimos serem motivadas por questões raciais, visto que a maioria dos conteúdos didáticos são europeus. Metodologicamente, adotamos a pesquisa qualitativa, que lida diretamente com as questões e as problematizações em volta do campo de estudos multidisciplinares em Educação, Linguística e Histórica cultural. Portanto, ensinar a história e cultura dos povos centro-Africanos nas escolas, é ligar a ancestralidade com a territorialização, e conseqüentemente, contribuir para a conexão de uma nova consciência histórica antirracista na sociedade brasileira.

Palavras chaves: Lei 10.639/03; Bncc; Ensino fundamental; Diáspora negra; Mbundu de Angola.

Abstract: This article analyzes the role of law 10.639/03 and the impact of the invisibility of the Mbundu people's legacies in Elementary School History books on the formation of historical awareness among basic education students. And at the same time, it problematizes the partiality on the part of the National Common Curricular Base due to the weak functionality of law 10.639/03, which we deduce to be motivated by racial issues, since the majority of teaching content is European. Methodologically, we adopted qualitative research, which deals directly with the issues and problematizations surrounding the field of multidisciplinary studies in Education, Linguistics and Cultural History. Therefore, teaching the history and culture of Central African peoples in schools is linking ancestry with territorialization, and consequently, contributing to the connection of a new anti-racist historical consciousness in Brazilian society.

Keywords: Law 10,639/03; Bncc; Elementary education; Black diaspora; Mbundu of Angola.

Introdução

Ao alvorecer do século XX, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Lei Federal 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. A aprovação dessa lei faz parte de uma luta antirracista empreendida pelo



movimento negro brasileiro, desde fins da década de 1970, caminhando na contramão de um falso discurso de que no Brasil não havia preconceito, como pregava o mito da democracia racial, desde a década de 1930. A Lei supracitada rege, entre outros, a organização política da população negra, elaboração de estratégias de combate ao racismo, o enfrentamento da violência policial e das desigualdades sociais que tinham/têm como alvo preferencial a população negra, prevê melhores condições de trabalho para homem negro e mulher negra e a luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares (Domingues, 2007 apud Felipe, 2020, p.2).

De acordo com Caimi (2015), as reformas educacionais brasileira nos anos 1990 e 2000 trouxeram mais demandas específicas para os professores ligados ao ensino de História. Os novos temas ocuparam os currículos escolares, e asseguraram que a intenção era que os estudantes das escolas básicas se atentassem na consciência histórica.

Para Gonzalez et al.(1982), as duas reformas educacionais que reorganizaram a educação básica brasileira, que numa primeira fase da sua aprovação não se atentou com a diversidade cultural e racial marcada na sociedade brasileira, provocou bastante insatisfação por parte do Movimento Negro Unificado¹, que desde a sua fundação já denunciava o racismo brasileiro que afastava os negros das principais decisões do país após a abolição no século XIX.

Após o movimento negro pressionar por um sistema educacional brasileiro que também ensinasse a história da África e da cultura afro-brasileira, o governo brasileiro decidiu aprovar 3 anos depois da segunda reforma, uma lei que visa valorizar o Ensino da História africana e da cultura afro-brasileira nas escolas no ano 2003. Segundo a Revista Geledés², a lei obriga que seja ministrado os conteúdos sobre a história dos negros na educação básica :

A Lei 10.639, de 2003, é originada do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 17/2002. A norma alterou a Lei de Diretrizes e

¹ Fundado desde 1976 no estado do São Paulo.

²<https://www.geledes.org.br/ensino-de-historia-negra-nao-e-cumprido-dizem-debatedores/>. Acessado no dia 18 de Junho de 2023.



Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 2006) para seja ministrado em todo o currículo escolar, em especial nas matérias de artes e de história, conteúdos sobre o passado dos negros no Brasil.

A mesma Revista ainda acrescenta que:

As escolas devem tratar da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. A lei também instituiu no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra no dia 20 de novembro.

291

Os debatedores de hoje, criticam e afirmam que, mesmo se passando 20 anos a lei não se cumpriu na íntegra, e as escolas básicas ainda continuam não sabendo nada sobre a África e a luta dos negros no Brasil.

De acordo com as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas áreas das ciências humanas do Ensino Fundamental I, ela se preocupa com a dinâmica do mundo social ligando o passado e o presente, a partir de um estudo minucioso dos conteúdos para inserir nos manuais didáticos, como:

Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo (Brasil, 2017, p.355).

É interessante que, os objetivos da Base Nacional Comum Curricular nas áreas das ciências Humanas é analisar as conjunturas entre o tempo e o espaço, mas mesmo assim notamos a invisibilização do ensino da história de África nos livros didáticos.

Para Filipe (2020), hoje, se percebe que a efetivação da lei 10.639/03 no espaço escolar, ainda demanda tanto na elaboração de materiais didáticos, que tenham como princípio a desconstrução do preconceito racial vivenciado pela população africana no decorrer da História do Brasil, quanto a formação de professores e de professoras comprometidas/os em repensar suas ações pedagógicas e questionar um ensino de história eurocêntrico. Não é muito salutar lembrar que esse ensino euro-hegemônico gerou inúmeros estereótipos, os quais sustentam o racismo vivenciado pela população



descendente e a concepção preconceituosa sobre o continente africano no decorrer da história brasileira.

Nessa senda, social, cultural e digital, o que a BNCC pretende passar como conhecimento e memória aos alunos da educação básica, se em pleno século XXI os livros didáticos não falam das histórias dos povos centro-africanos que construíram o Brasil?

É com a fraca funcionalidade da lei 10.639/03 por parte da BNCC nas escolas, que o texto pretende olhar para o protagonismo do Quilombo dos Palmares enquanto um renascimento africano na sociedade escravocrata brasileira, para se pensar o impacto da invisibilização dos povos centro-africanos na formação de consciência histórica dos alunos, em ênfase o povo Mbundu de Angola, nos livros de História do Ensino Fundamental da Educação básica brasileira.

Quilombo, a pequena civilização africana no Brasil.

Quando se pensa em imigração relaciona-se a ideia daqueles povos que, por problemas enfrentados como guerras, crises financeiras e políticas, dentre outros, resolveram sair de seu território. Mas esquece-se de uma série de imigrações forçadas que aconteceram ao longo da história. A vinda dos africanos para a América é um exemplo deste tipo de imigração. Por isso, historiadores e representantes do movimento civil negro passaram a utilizar o termo “Diáspora Africana” ou “Diáspora Negra” para se referirem a vinda forçada dos africanos para trabalharem como escravos (Da silva Machado, 2017, p.2).

Segundo Filho et al.(2017, p.51), a constatação de que os povos vindo da Europa entre os séculos XVI e XIX foram determinantes para a construção do perfil sócio-cultural brasileiro, não é uma descoberta inovadora mas sim uma realidade que ficou marcada com a escravização dos corpos africanos e indígenas no Brasil, ao ponto de se configurar com a sociedade brasileira que conhecemos hoje.



O Brasil vivenciou longos períodos de escravização africana e indígena. Segundo Kabengele Munanga (2009), muitos africanos e de diferentes culturas foram obrigados a se misturar :

Entre elas [...] destacam-se três áreas geográfico-culturais cujas contribuições foram constatadas no Brasil: 1) a área ocidental, chamada costa dos escravos, ilustradas pelas culturas dos povos ioruba ou nagô, jêje, fons, ewê e fanti-ashanti, cobrindo os territórios das atuais repúblicas da Nigéria, Benin, Togo, Gana e Costa do Marfim. É o chamado Golfo do Benim; 2) zona do Sudão ocidental ou área sudanesa islamizada, ocupada pelos grupos de negros malês (peul ou fula, mandinga, haussa, tapa e gurunsi), cobrindo os territórios das atuais repúblicas do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Mali e Burkina Fasso; 3) a área dos povos de língua banto, compreendendo numerosas etnias que cobrem os países da África central e austral (Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e África do Sul) (Munanga, 2009, p.92).

Essas três grandes regiões geográficas de África, demarcavam territórios, culturas semelhantes e ao mesmo tempo diferentes entre si. Essas diferenças trouxeram uma grande diversidade na sociedade brasileira

A mistura e a imposição religiosa cristã, não impediu a resiliência africana nas sanzalas durante a escravização. Pelo contrário, os africanos mesmo com as diversidades culturais entre si, usaram da oralidade, enquanto um conhecimento ancestral, para resistir contra a opressão colonial nas Américas (Munanga, 2009).

No contexto cultural dos povos centro-ocidentais africanos de Angola, as narrativas orais configuram os pilares onde se apoiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição e, simultaneamente, previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura na sociedade (Duarte, 2009, p.2). Como aponta Mucale (2013), na idiosincrasia africana, a realidade não é feita de compartilhamentos isolados e desconexos, de tal modo que a policonsciência concorre não para a descontinuidade mas para a inclusão.

A oralidade é um desses compartilhamento que faz parte da organização social africana. E não se limita apenas na memória pela transmissão e preservação das culturas, como nos lembra Amadou Hampâtê Bâ (2010):



[...] Nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra (Bâ, 2010, p.168).

A ligação do Homem com a Palavra, para o africano é o que determina o rumo de uma sociedade sem a supervalorização da escrita. A palavra representa o testemunho da sua dignidade, o valor cultural e espiritual da comunidade da sua linhagem familiar.

Quando trazemos esse contexto cultural para as Américas, observamos que os africanos na condição de escravizados e longe das suas terras de origens, ressignificaram a oralidade para reter as diferentes culturas na sociedade brasileira (Heywood, 2009). Segundo Manuel Querino (2018), o Kilombo (Quilombo), uma palavra da língua Kimbundu de Angola que significa povoação ou aglomerados de pessoas, pode ser compreendido como um renascimento do poder africano no Brasil:

O escravo grego ou romano, abandonando o senhorio, não cogitava de se organizar em sociedade regular, em território de que porventura se apoderava; vivia errante ou em bandos entregues à pilhagem.[...] A devastação, de que se fizeram pioneiros os escravos romanos, inspirava terror a todos os que tinham notícias de sua aproximação. Os fundadores de Palmares não procederam de igual modo; procuraram refúgio no seio da natureza virgem e aí assentaram as bases de uma sociedade, a imitação das que dominavam na África, sua terra de origem, sociedade, aliás, mais adiantada do que as organizações indígenas. Não era uma conquista movida pelo ódio, mas uma afirmação legítima do desejo de viver livre, e, assim, possuíam os refugiados dos Palmares as suas leis severas contra o roubo, o homicídio, o adultério, as quais na sua vida interna observavam com rigor (Querino, 2018, p.23).

Querino ainda acrescenta que, “a sociedade de Palmares não medravam os vagabundos e malfeitores; a vida de torturas das senzalas substituíra-se pelo conforto natural e aparelhado” (Querino, 2018, p.23). Doravante, foi por meio da coragem e do espírito destimido que os africanos escravizados conseguiram sair das torturas para experimentar a liberdade nas matas desconhecidas.



Os centro-africanos que fugiam das sanzalas³ para os Kilombos (Quilombos), transformavam esses lugares em novos sistemas de defesa contra a escravização:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil.[...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa (Moura, 1988, p.87).

O autor ainda acrescenta:

Estabelecidos nas terras mais férteis da Capitania, começaram a desenvolver-se e aumentar de número. Suas roças florescia, dando abundante colheita. Ali plantavam milho (que era a base da alimentação) banana, mandioca, batata-doce, feijão; aproveitavam-se do coco abundante na região, criavam animais domésticos, aves etc. Assim instalada começou a desenvolver-se a República palmarina. Em 1643 eram cerca de seis mil em franca atividade no reduto (Moura, 1988, p.186).

Por isso, os Kilombos de Palmares foi caracterizado como uma recriação de uma organização social africana predecessora dos guerreiros militares angolanos jagas que despertavam medos aos portugueses e holandeses (HEYWOOD, 2009). E é preciso destacar que, os africanos também já carregavam diversidades de conhecimentos ligados a agricultura, urbanização e a caça desde a África, que os facilitava construir casas e plantar as suas roças.

Como o crescimento incessante de africanos fugitivos para os Kilombos (quilombos), surgiu o primeiro sistema de governo de angolanos para lidar com a organização política e social. Segundo Moura (1998), foi escolhido o primeiro líder angolano Nganga Nzumba, que por sinal, era fluente em Kimbundu, pelos méritos demonstrados na guerra. Nganga Nzumba era tio do Nzumbi, governou

3 Palavra correta advindo da língua Kimbundu de Angola.



até provavelmente o ano de 1678 quando havendo negociado a paz com os europeus, perdeu o prestígio entre os seus pares e foi assassinado.

Tendo sido substituído por Nzumbi, que passou à história como líder incontestável e herói de Palmares pela sua bravura e estratégias militares mais aprimoradas, que ajudaram na reestruturação de um novo quilombo forte e temido pelos europeus. Além do líder, tinha um conselho de anciãos composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região, matriarca Aqualtune e algumas outras mulheres ligados as questões da Espiritualidades (Moura, 1998, p.186).

Nas questões religiosas, os africanos foram obrigados a pertencer a religião do colonizador, razão pela qual, usaram as suas equivalências espirituais e estratégias para readaptarem as diferentes forças cósmicas supremas como Nzambi Ampungu do Kongo e Olodumare de Yorubá com outras forças superiores africanas. Como nos conta Roger Bastide (1970)

[...] os escravos trazidos ao Brasil pertenciam às mais diversas etnias e procuravam analogias entre suas respectivas divindades; não se tratava evidentemente de identifica-las, de confundir Zambi com Oxalá e nem de misturá-las: tratava-se de encontrar equivalências entre elas. Cada nação conservava seus próprios deuses, ordenados em relação a séries de correspondências místicas; apresentavam a mesma realidade sobrenatural, poderíamos dizer, nas diferentes línguas ou das diversas civilizações (Bastide, 1970, p. 382).

É com essa equivalência adotada pelos africanos centro-ocidentais, que o Brasil passou a cultivar diferentes energias espirituais num único território. Dando assim, a origem da religião de matriz africana, conhecida como Kandomblé nos dias de hoje.

Entretanto, ensinar a história do Quilombo de Palmares e de outros quilombos formados durante a escravização nas Américas nas escolas básicas, é ligar o Brasil com a África por meio de uma conexão histórica ancestral. Como diria Krumah (1958):

Não esqueçamos jamais que eles são dos nossos [os negros da diáspora]. Estes filhos e filhas da África, arrancados de nossas margens, não esqueceram os laços que os unem à terra dos seus ancestrais [...]. Eles combatiam pela igualdade das nações e raças na África, bem anteriormente a que muitos



entre nós tenham sequer tomado consciência do nosso rebaixamento [...]. Agora que nós, africanos, conquistamos a nossa independência, eles deveriam poder encontrar um poderoso amparo para alcançar o pleno reconhecimento dos seus direitos e da sua dignidade como cidadãos de seu país (Krumah, 1958 apud Harris, et al, 2010, p.849).

Sendo assim, é importante trazer a circulação das memórias que ligam a África com os seus descendentes, para que essas memórias sirvam de ponte para se pensar os vínculos de pertencimento com a África que está em movimento para receber todos os seus filhos diaspóricos.

Como veremos a seguir, a importância de trazer a história dos povos centro-africanos invisibilizados nos manuais didáticos na sala de aula, em prol da conscientização histórica dos alunos brasileiros na educação básica e na sociedade em geral.

A invisibilização do povo Mbundu de Angola nos livros de história do ensino fundamental da educação brasileira.

Segundo Ngugi WaThiong (1993), a cultura desenvolve-se no âmbito de um processo de luta de um dado povo com o seu meio social e natural. Os seus membros debatem-se com a natureza. Debatem-se uns aos outros. Desenvolvem um modo de vida incorporado nas suas instituições e em determinadas práticas. A cultura torna-se um veículo dos seus valores morais, estéticos e éticos. No plano psicológico, esses valores simbolizam a consciência de um povo enquanto comunidade específica, por seu turno, exerce um efeito sobre o modo como encaram os seus valores, a sua cultura, a organização do poder e da riqueza extraída da natureza através do seu próprio trabalho.

Historicamente, o Brasil é um país multicultural, e é a partir dessa multiculturalidade que não temos como negar a contribuição dos povos centro-ocidentais africanos na cultura brasileira. Como apontam Gonzalez et al (1982):

[...] Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram (iorubas ou nagôs, daomeanos, malês ou muçulmanos, angolanos, congolezes, ganenses, moçambicanos, etc.), apesar da redução à igualdade, imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade. Além disso, os quilombos, enquanto formações sociais alternativas, o movimento revolucionário dos malês, as irmandades (tipo N.S.



do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos), as sociedades ajuda (como a Sociedade dos Desvalidos de Salvador), o candomblé, a participação em movimentos populares etc., constituíram em diferentes tipos de resposta dados ao regime escravista (Gonzalez et al, 1982, p.18).

Todos esses povos africanos impuseram novos modelos civilizatórios no Brasil colonial, onde as diferentes epistemologias culturais foram retidas em um único território. E dentre esses povos, os centro-africanos foram os primeiros chegando no solo brasileiro e os que mais impuseram civilizações que hoje são tidas como as maiores representações culturais da Diáspora Negra.

Vale ressaltar que, as línguas são os principais marcadores civilizatórios da identidade de um povo. Elas desempenham grandes papéis na preservação da memória e dos estudos arqueológicos (QUIJILA et al, 2023). Como ressalta Jan Vansina (2009), os centros-africanos não somente foram para todos os lugares das Américas, como levaram com eles para todos os lugares uma cultura litorânea homogênea, que já existia na África.

Dentre os diferentes povos da África centro-ocidental, os primeiros a serem capturados e exportados para as Américas foram os povos vindo da região da baixo rio Zaire, povos falantes do Kimbundu, atual território de Angola. Como aponta Linda Heywood:

[...] Os primeiros centro-africanos a serem capturados e exportados em número significativos vieram da área do baixo rio Zaire. A maioria deles – algumas centenas, na maior parte dos anos em que isso ocorreu – foi para a Costa do Ouro para ser vendida, devido aos interesses relativo às minas de ouro da região Akan (Heywood, 2009, p.31 e 32).

A autora ainda acrescenta:

O país que mais recebeu influência da cultura crioula angolana foi o Brasil. Para o território brasileiro foram importados de Angola cerca de 68% de todos os escravizados durante o século xviii. A Carolina do Sul não ficava muito atrás, com 60%, e centro-africanos nada menos do que 51% dos africanos nas vésperas da Revolução do Haiti (Heywood, 2009, p.122).

A presença massiva do povo Mbundu falante do Kimbundu de Angola, trouxe novos modelos civilizatórios como, a Capoeira, Samba, e novas palavras no vocabulário da língua portuguesa falada no Brasil.



A Capoeira para os Mbundu, é nada menos que uma diversão de cantigas ou luta ao mesmo tempo numa roda, por meio do som de um instrumento melódico Berimbau, da origem linguística Kimbundu. Em outras palavras, a Capoeira é historicamente originário do povo Mbundu de Angola, como apontam Fourshey, Gonzales e Saidi:

Historicamente, os povos de língua Bantu tiveram um grande impacto em vastas regiões geográficas, tanto na África quanto em outros lugares. Um exemplo poderoso da disseminação de ideias por povos de línguas Bantu é a arte marcial capoeira. Como demonstrado pelo historiador M.T.J. Desch-Obi, os povos de língua Bantu do sudoeste da África Central criaram esta arte marcial. Nascida em Angola, entre os povos Kimbundu, do sub-ramo Njila, a Capoeira se tornou o esporte e uma forma de arte popular nas Américas, desde as ruas do Brasil até academias da moda em Nova York e São Francisco. [...] A chegada da capoeira nas Américas tem raízes na era do tráfico transatlântico de escravos. Alguns indivíduos escravizados da região atual de Angola levaram a prática para as Américas (Obi, 2009 apud Fourshey et al, p.87).

Ressaltamos que não é somente a Capoeira que é um legado do povo Mbundu, também o gênero musical Samba, que linguisticamente vem da raiz do Kimbundu que significa rezar, cantar e dançar com júbilo. Esse rito musical acompanhado com o som do batuque ou da marimba numa roda, onde os mesmos cantavam as suas cantigas, se estendeu até ao Brasil colonial (HEYWOOD, 1999). Não é átoa, que esse gênero musical que a Diáspora Negra brasileira conhece como Samba, é conhecida de Semba em Angola.

O conceituado cantor angolano André Mingas, num dos trechos iniciais da sua música intitulada “É Luanda”⁴, identifica as influências linguísticas do povo Mbundu no dicionário brasileiro:

Kalunga bairro negrinho nome que veio do mar
 Foi um escravo bagajeiro que foi de barco pra lá
 Trouxe palavras novas, kianda virou iemanjá
 Calulo virou mukeka, funge virou vatapá

⁴ https://www.youtube.com/watch?v=nrT6iSxcdgY&ab_channel=Andr%C3%A9Mingas-Topic. Acessado no dia 24/11/2023. A música está disponível nesse link.



As palavras descritas pelo cantor como Kianda para Yemanjá, Funge para Vatapá e Kalulu que na Bahia chamam de Caruru e em outras regiões de Mukeka, não são as únicas palavras do léxico linguístico Kimbundu falado no Brasil. Durante a nossa vivência aqui, descobrimos que também usam no cotidiano as palavras como Cafuné, Labuta, Moleque, Bunda, Fubá, Ginga, Kanjica, Kilombo, Marimondo, Muvuka, Sanzala, etc. Essas palavras angolanas na gramática brasileira, simbolizam o eterno legado do povo Mbundu na linguística brasileira.

Mesmo com essa grande contribuição cultural do povo Mbundu na construção da sociedade brasileira, ainda assim, verificamos muitas invisibilidades e apagamentos desses legados que compõe o mosaico histórico e multicultural da sociedade brasileira.

Ao consultarmos os livros de História do ensino fundamental ⁵da Educação básica, observamos que em nenhum momento os autores trouxeram os legados dos africanos na Diáspora Negra e ainda reproduziram as narrativas racistas ocidentais do olhar a histórico africano pelos moldes da escravização. Ou seja, é como se os povos centro-ocidental africanos, em destaque Mbundu de Angola, não fossem dotados de saberes para civilizar a sociedade brasileira. E nos questionamos, como vamos construir um sistema de ensino antirracista que pense na elevação da consciência histórica dos alunos, se os saberes e legados da cultura material e imaterial africana não são expressos nos livros didáticos de História?

O legado dos povos centro-africanos precisam ser estudadas nas escolas pelos professores de História, para que as próximas gerações não caiam na amnésia social de si mesma (Diáspora Negra) e reproduzam racismo contra a África contemporânea. Como nos adverte Amos Wilson:

Quando entramos em amnésia social – em esquecimento de nossa história – também esquecemos ou interpretamos mal a história e os motivos dos outros, bem como os nossos próprios. A maneira de conhecer outros povos é conhecer a nós mesmos. O caminho para aprender nossa própria criação e como chegamos a ser o que somos é conhecer a nós mesmos.

⁵ VAINFAS, Ronaldo ... (et el.). História.doc, 7º, 8º e 9º ano I ensino fundamental, anos finais. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

É através do conhecimento íntimo do Eu que entendemos as forças que nos moldaram como um Eu (Wilson, 2021, p.82).

O autor ainda acrescenta:

Se não nos conhecemos, não somos apenas uma quebra-cabeça para nós mesmos; outras pessoas também são quebra-cabeça para nós também. Assumimos a identidade errada e nos identificamos com nossos inimigos. Se não sabemos quem somos, então somos aquilo que alguém nos diz que somos” (Wilson, 2021, p.83).

301

Essa amnésia social gera esquecimento sobre o passado, e conseqüentemente, cria na mente da população um falso pertencimento sobre si. Não é à toa, que nos dias de hoje a população negra brasileira, não consegue olhar para as heranças culturais africanas ditas como afro-brasileiras como legado dos povos da África centro-ocidental.

E se realmente o Ministério da Educação por intermédio da BNCC tencionassem construir uma sociedade multicultural e racial alicerçada no respeito e na valorização das diferentes histórias que marcaram a sociedade brasileira, deveriam no mínimo se atentar aos equilíbrios das grades curriculares entre as histórias africanas, indígenas e europeia. Tendo em conta, que no cenário global o Brasil é o país que representa a maior Diáspora Negra africana no mundo.

Porquanto, deduzimos que a funcionalidade e aplicação em rigor da lei 10.639/03 nas escolas da educação básica por parte da BNCC, ajudaria a criar uma nova conscientização aos alunos, rompendo assim com as narrativas deturpadas e racistas que associam a história africana apenas com a escravização e como um país. Como ressalta Sousa (2021), que só um novo currículo escolar ajudaria na construção dos pensamentos críticos dos alunos na educação básica sobre o seu passado. Onde os professores de História enquanto os agentes transformadores de pensamentos e de consciências, contribuiriam com uma prática reflexiva dos alunos entorno da história do país.

Considerações finais

Entendemos que, a luta do movimento negro brasileiro pela aprovação da lei 10.639/03, é nada menos que reconhecer os laços históricos pela via da



ancestralidade com a Diáspora Negra brasileira. Tendo em conta que, uma ancestralidade sem territorialização é uma ancestralidade que gera a amnésia social de si mesmo.

Diante disso, se a lei fosse realmente implementada nas escolas, contribuiria de forma fenomenal para a redução da ignorância histórica dos alunos sobre o continente africano. Por isso, auguramos que a BNCC enquanto a responsável pela produção dos materiais didáticos, repense urgentemente as suas políticas de inclusão dos conteúdos curriculares africanos nos livros da educação básica, para que se possa construir uma sociedade pautada na valorização da diversidade cultural brasileira.

Em suma, inserir os povos centro-africanos, em ênfase o povo Mbundu, que civilizaram as Américas com a Capoeira, o gênero musical Samba e outras manifestações culturais linguísticas nos livros de História na educação básica, é valorizar o legado do povo Mbundu na Diáspora Negra brasileira, e ao mesmo tempo se conectar por meio da história com o povo angolano.

Referências

BÂ, Amadou Hampatê. **A tradição viva**. In: ZERBO, J-KI. História geral da África. Brasília: UNESCO, 2010.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de educação básica. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2017. p. 355.

CAIMI, Flávia Eloisa. **O que precisa saber um professor de história?**. História & Ensino, v. 21, n. 2, p. 105-124, 2015.

DA SILVA MACHADO, Laryssa. **A Diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES (1860-1870)**. Mosaico, v. 8, n. 13, p. 237-257, 2017.

DOS SANTOS FILHO, et al. **A tradição oral para povos africanos e afrobrasileiros: relevância da palavra**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, v. 9, p. 50-76, 2017.

DUARTE, Zuleide. **A tradição oral na África**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 15, p. 181-189, 2009.



FOURSHEY, Catherine Cymone, et al. **África Bantu: de 3500 ac até o presente**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora: vol.3, 1982.

HEYWOOD, Linda. **Diáspora negra no Brasil**. Trad. Ingrid de Castro Vompean Fregonez. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

HEYWOOD, Linda. **The Angolan-Afro-Brazilian cultural connections**. Slavery & abolition, v. 20, n. 1, p. 9-23, 1999.

<https://www.geledes.org.br/ensino-de-historia-negra-nao-e-cumprido-dizem-debatedores/>. Acessado no dia 18 de Junho de 2023.

https://www.youtube.com/watch?v=nrT6iSxcdgY&ab_channel=Andr%C3%A9Mingas-Topic. Acessado no dia 24/11/2023. **O trecho da música “É luanda” de André Mingas**.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, i: metodologia e pré-história da África**. Brasília : UNESCO, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. São Paulo: Editora UNICAMP, 1990.

MUCALE, Ergimino. **Afrocentricidade – complexidade e liberdade**. Luanda: Editora Paulinas, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global Editora, 2009.

OLIVINDO, Mário Sérgio Pereira de. **Ensino de história e memória: usos do passado e os desafios do historiador e do professor**. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. São Paulo: Coleção acervo brasileiro Volume 5, 2ª edição, 2018.

QUIJILA, Abel Calomno; GARCIA, Mbiavanga Adão. **Nome e identidade cultural em angola o papel do nome em kikongo como símbolo de preservação cultural bakongo**. Revista Ideação, v. 1, n. 48, p. 103-114, 2023.

SOUSA, Amanda Fortunato Araújo. **Atuação docente e contemporaneidade - ação e reflexão**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro, 1994.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Trad. Sebastião Nascimento. Curitiba: Editora Huya, 2016.

VAINFAS, Ronaldo ... (et el.). **História.doc, 7º, 8º e 9º ano I ensino fundamental, anos finais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.



VANSINA, Jan. Prefácio. In: HEYWOOD, Linda. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WATHIONG'O, Ngugi. **Moving the center: the struggle for cultural freedoms**. London: James Currey, 1993.

WILSON, Amos N. **A falsificação da consciência afrikana: história eurocêntrica, psiquiatria e política da supremacia branca**. São Paulo: Editora: Poder Afrikano, 2021.

304

Sobre o Autor

abelcalombe@gmail.com

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contexto contemporâneos e Demandas Populares, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

